



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# **Será a Abundância de Petróleo uma Maldição para Timor-Leste?**

**Jenildo da Costa Almeida**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Economia**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Alberto Serra Ferreira Rodrigues Fuinhas  
Co-orientador: Prof. Doutor António Manuel Cardoso Marques

**Covilhã, Outubro de 2013**



## Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer religiosamente a Deus por tudo poderoso de me ajudar a conseguir alcançar o meu objetivo, agradeço também aos meus pais, a minha Mãe que me apoiou e o meu pai que já não está mas foi sempre me ajudou para ter êxito no meu estudo e a minha irmã que sempre me apoiou para alcançar o meu desejo de ter êxito no meu estudo. E agradeço imensamente aos meus orientadores que me orientaram para terminar a minha tese e alcançar o meu objetivo de concluir o meu estudo, Professor Doutor, José Alberto Serra Ferreira Rodrigues Fuinhas e ao Professor Doutor António Manuel Cardoso Marques, docentes de Curso de Economia na Universidade da Beira Interior. Agradeço também aos docentes, não docentes, amigos, colegas e família que me apoiaram de forma direta ou indireta para alcáçar o meu objectivo de concluir o curso. Em suma, agradeço a todos os que me apoiaram e acreditaram no meu desempenho, sobretudo, na minha capacidade e no meu desenvolvimento do espirito académico.



## Resumo

A maldição dos recursos naturais é um problema que pode ocorrer nos países produtores do petróleo. Timor-Leste, enquanto economia produtora de petróleo, deverá tomar medidas muito específicas para limitar a possibilidade de a “maldição dos recursos” se vir a tornar um problema económico. É, por isso, pertinente combater de maneira eficaz e prudente as manifestações da maldição dos recursos para se poder usufruir da melhor forma as riquezas naturais de Timor-Leste. Principalmente deve-se ter especial atenção ao “fundo do petróleo” e da sua correcta utilização, para que o bem-estar do país seja maximizado e se efectue de acordo com os programas e planos de desenvolvimento traçados.

## Palavras-chave

Maldição dos recursos, produção petróleo, crescimento económico, Timor-Leste



## **Abstract**

The resources curse is a problem that can occur in oil producing countries. Timor-Leste, while oil producing economy, should take very specific measures to limit the possibility of the "resource curse" becomes an economic problem. It is therefore appropriate to effectively limit the manifestations of resource curse in order to be able to enjoy the best of its natural resources. Especially, Timor-Lest should pay special attention to the "oil fund" and pay attention to its proper use, as this is required to maximize the welfare of the country. Indeed, this must be outlined in accordance with the plans and programs of its development.

## **Keywords**

Curse, oil, economic growth, Timor-Leste.



# Índice

1.Introdução	1
2.O debate sobre a maldição dos recursos	2
3.Disputas territoriais	5
4.Reservas de petróleo	6
5.A dependência do petróleo na economia de Timor-Leste	8
5.1.Seperavit	9
5.PIB, Comércio externo e importações por país de origem	10
6.Produção de petróleo bruto por ano, Timor-Leste, 2004 a 2012	14
7.Análise de Índice do Desenvolvimento Humano no mundo e na Asia	17
8.Corrupção	19
9.Ajuda internacional para Timor-Leste	21
9.1.Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial do recebimento antes da Independência (1990 à 1998)	21
9.2.Assistência de Desenvolvimento e ajuda constante após da Independência (1999 à 2011)	22
9.2.Assistência de Desenvolvimento e ajuda constante apos da Independência (1999 à 2011)	
10.Instituições	24
10.1.Democracia	24
10.2.Conflito e fragilidade	24
11.Discussão	26
12.Conclusão	30
13.Referências Bibliográficas	31



## Lista de Figuras

Figura 1 - Valor de mercado do Fundo Petróleo

Figura 2 - Superavit orçamental

Figura 3 - Crescimento PIB

Figura 4 - Inflação

Figura 5 - Receitas do governo

Figura 6 - Comércio externo

Figura 7 - Importação por país de origem

Figura 8 - Produção em barris por ano em valores absolutos

Figura 9 - Produção em barris por ano em valores absolutos (variação)

Figura 10 - Estimação da exportação do petróleo

Figura 11 - Tendência relativa dos Índices de Desenvolvimento Humano (2000-2012)

Figura 12 - Índice de corrupção de (2008-2011)

Figura 13 - Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar (1990-1998)

Figura 14 - Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar (1999-2011)



## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Orçamento de fontes combinados 2011 a 2017, milhões dólares

Tabela 2 - Produção bruto de petróleo por ano, 2004 a 2012

Tabela 3 - Estimção de exportação petróleo

Tabela 4 - Tendência relativa de IDH

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, Mundo e Asia, em valores absolutos (2000-2012)

Tabela 6 - Índice da corrupção da Timor-Leste, Austrália e Indonésia (2007-2011)

Tabela 7 - Assistência de desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar, (1990 à 1998)

Tabela 8 - Assistência de desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar, (199-2011)

Tabela 9 - Ranking da Democracia de 2012 (Score)



## Lista de Acrónimos

BCTL	Banco Central de Timor - Leste
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
TL	Timor-Leste
DA & OAR	Development Assistance and Official Aid Received



# 1. Introdução

A economia de Timor-Leste tem como fonte principal da receita a venda de hidrocarbonetos. Como sabemos o petróleo é recurso natural escasso, sendo, por isso necessário para diversificar a economia ao país e gerir criteriosamente o fundo soberano das receitas do petróleo e gás, o governo é responsável pela gestão global deste fundo Petrolífero de acordo com, Art.º 11º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei 9/2005 de Agosto), alterada pela Lei 12/2011 de 28 de Setembro de 2011, o Banco Central de Timor-Leste, BCTL é a responsável pela gestão deste fundo de petróleo, e Autoridade Nacional do Petróleo, ANP. A dotação de recursos naturais tem sido em diversos países não uma bênção, mas sim uma maldição (*resources curse*). A verificação empírica deste fenómeno associado à abundância de recursos sugere que um país como Timor-Leste deva tomar um conjunto de iniciativas de molde a que os seus recursos naturais sejam uma fonte de benefícios económicos para a sua população. O estudo da literatura e da experiência de diversos países, em especial o que são detentores de enormes jazidas de hidrocarbonetos, são uma mais-valia para a tomada de decisões de política económica. Alguns países, em especial no Médio Oriente optaram por criar fundos soberanos que visam permitir, a esses países, conviverem melhor com as grandes oscilações de receitas que decorrem das flutuações nos preços nos mercados internacionais e permitir o financiamento de uma transição para uma economia sustentável quando o petróleo se esgotar ou for substituído em larga escala por outras fontes de energia menos poluentes. Num contexto de alteração das estruturas de um país muito jovem devem ser tomadas boas decisões que não comprometam o seu futuro.

Neste contexto iremos abordar, de acordo com algumas teorias sobre a maldição dos recursos, se os recursos naturais podem por vezes ser vistos como uma “maldição” por causa do fraco desempenho económico das nações que são ricas em recursos (Aunty et al., 1993 e 2001). Mais ainda, os países ricos de recursos tendem a ter uma maldição de distribuição de rendimento desigual, regimes menos democráticos e mais corrupção (Parlley et al., 2003).

O remanescente deste estudo é composto pelas seguintes secções: O debate sobre a maldição dos recursos; Disputas territoriais; Reservas de petróleo; A dependência do petróleo na economia de Timor-Leste; PIB, comércio externo e importações por país de origem; Produção de petróleo bruto por ano, Timor-Leste, 2004 a 2012; Análise de Índice do Desenvolvimento Humano no mundo e na Ásia; Corrupção; Ajuda Internacional para Timor-Leste; Instituições; Discussão e Conclusão.

## 2. O debate sobre a maldição dos recursos

Dirigir bem os recursos naturais de um país é muito importante para o bem-estar de um povo perante ao desenvolvimento económico, mas nem sempre todos países podem alcançar a este objetivo, pois os países menos desenvolvidos têm tido de enfrentar grandes problemas na utilização dos seus recursos naturais por varias razões, como por exemplo, má gestão, corrupção, falta de desempenho por parte do governo, falta de recursos humanos e transparecias das instituições do governo. *“Natural resources have sometimes been as a curse because of the weak economic performance of many resources rich nations”* (Lundahl e Sjhölm, 2006, p. 8). Os países como a Nigéria, a Zâmbia e a Guiana, são relativamente ricos em recursos, mas têm apresentado um crescimento muito lento ao longo das últimas décadas e são pobres em termos do PIB *per capita*, ou por outras palavras, esses países apesar de terem recursos naturais, não têm tido sucesso para sair da pobreza (Lundhal e Sjöholm, 2006). Além disso, os países ricos em recursos naturais tendem a ter uma distribuição mais desigual do rendimento, regimes menos democráticos e mais corrupção (Palley, 2003).

Assim, pressupõe-se que quanto mais democrático um país for melhor será a repartição dos lucros gerados pelos recursos naturais na economia do país diminuindo o efeito negativo. *“Countries with rich oil endowments are no exception to the resource and as a group they have performed economically worse than other countries over the last couple of decades”* (Sachs e Warner, 1995, p. 11).

Dois mecanismos entre os recursos naturais e o crescimento económico podem ocorrer de acordo com Banco Mundial, (2005c, p. 304): i) efeito económico; e ii) efeito instituição. Estes efeitos foram também analisados por Lundhal e Sjhölm (2006). Um efeito económico é a chamada *Dutch Disease*: uma apreciação da moeda, devido ao aumento das receitas provenientes da exportação de recursos, possa deslocar recursos de sectores com potencial de crescimento para sectores não transaccionáveis com maior potencial de crescimento (Corden e Neary, 1982). Vários estudos demonstram que os países em ricos de recursos tendem a ter fracas instituições e em parte esta fraqueza é explicada pela falta de desempenho económico (Word Bank, 2005a, p. 306). Esta fraca instituição pode ser explicada também por falta de recursos humanos, falta de honestidade perante o seu trabalho e que pode implicar no caso de Timor-Leste a má gestão do fundo do petróleo. De facto, sugere que os lucros inesperados provenientes dos recursos naturais tendem a corromper a burocracia, mudando seu foco de prestação de serviços públicos para a luta pelo controle sobre as rendas (Sala-I-Martin e Subramanian, 2003). A riqueza do petróleo pode gerar mais corrupção do que qualquer outro de negócio de acordo com alguns observadores: Alguns observadores afirma que o petróleo relacionado com mais corrupção do que qualquer outro ramo de negócio, com a exceção de negócios de armas (Gutiérrez, 2003). Mais ainda, os países com fracas instituições e poucos recursos humanos são os mais propensos a cair na armadilha da maldição dos recursos (Bulte et al., 2005, p. 103). Por outro lado, no caso da existência de fundos de

estabilização, as transferências do fundo soberania tem que ser auditadas (Drysdale, 2005, p.3). No caso de Timor-Leste, a transferência do fundo tem de ser aprovada pelo Parlamento e só poderá se gastos pelo orçamento do governo.

De um ponto de vista mais qualitativo, os historiadores, os cientistas políticos e os economistas, em geral, concordam que a presença de recursos naturais abundantes (especialmente minerais) leva a comportamentos desviantes tais como corrupção e *rent-seeking*, diminuindo assim a qualidade do governo, o que por sua vez afecta negativamente o desempenho económico (e.g. Auty, 2001; Isham et al., 2005; Leite e Weitmann, 1999; Norman, 2006; e Brunnschwiler, 2008).

Países com pior qualidade das instituições são mais propensos a sofrer de uma maldição dos recursos naturais (Brunnschweiler, 2008), isto é, quanto melhor a qualidade das instituições melhor será para gerirem os recursos naturais da melhor forma. Os recursos naturais também geram conflitos e violência. De facto, há evidência de que a abundância de recursos naturais aumenta consideravelmente o potencial de conflito violência (Collier e Hoefler, 2005).

Por outro lado, Atkinson e Hamilton (2003) mostram que a abundância de recursos naturais pode ter efeitos negativos sobre o desenvolvimento, quando as instituições são de fraca qualidade, permitindo que os lucros gerados pelos recursos sejam gastos no consumo do governo, em vez de investimento, especialmente em países com baixos níveis de poupança real. Na verdade, economias baseadas em recursos minerais apresentam desempenhos relativamente fracos em termos de crescimento agrícola, a diversificação das exportações e da inflação em comparação com as economias não-minerais e eram mais propensos a ser caracterizada por mau desempenho de poupança, maior dualismo tecnológico e de salários, desemprego elevado, elevado endividamento externo e das exportações de alta instabilidade de resultados (Nankini, 1979).

A partir da literatura, verifica-se que os efeitos do crescimento e do desenvolvimento da abundância de recursos naturais são bastante ambíguos quando a qualidade de instituição deve ser incluída na análise: pode de facto ser apenas uma maldição quando a riqueza dos recursos naturais ocorre em conjunto com instituição de baixa qualidade (Brunnschwiler, 2008).

Algumas razões para ter ajuda internacional por parte dos doadores é também a fragilidades da instituições e políticas publicas, “a fragilidades e a fragmentação das instituições e políticas publicas são também o resultado da dependência da ajuda, interferência do doadores preferência por um estado mais frágil e fragmentado, e a combinação dos interesses dos grandes investidores estrangeiros com os dos grupos emergentes de capitalistas nacionais rendeiros ligado ao poder político instalado” (De Renzio e Hanlon, 2007; e Castelo-Branco, 2011). A fragilidade das instituições são também uma das oportunidades dos interesses estrangeiros para o investimento estrangeiro no seu ponto de vista económico mas também pode ser considerado como falta da incapacidade de dirigir de um país. De facto, “*Aid volatility can also impact on absorptive capacity as can Dutch disease*

*effects (whereby high levels of aid have an adverse impact on the export competitiveness of developing countries)*” Feeny S. e McGilliray (2010, p. 900). Existe literatura sobre o efeito da ajuda sobre o crescimento económico como referem Boone (1996) e Djankov et al. (2008). Assim sendo, através de uma amostra de países em desenvolvimento, constatam que ajuda não tem efeito sobre o investimento e crescimento. Os autores Burnside e Dollar (2000) quantificam esses resultados, incluindo o papel das políticas: a ajuda tem um efeito positivo sobre o crescimento nos países em desenvolvimento com boas políticas, enquanto não tem nenhum efeito quando os países seguem política miserável.

Os recursos naturais partilham com a ajuda externa uma característica comum: eles podem ser apropriados por políticos corruptos sem ter de recorrer em acções impopulares, e normalmente menos rentáveis, tais como medidas como a tributação (Djankov et al., 2008). O grande contributo da ajuda internacional para o desenvolvimento económico de um país deve concentrar-se na melhoria das áreas administrativas e políticas.

O aproveitamento dos recursos do petróleo liderou uma dependência avassaladora sobre as receitas de exportações de petróleo e gás no PIB, o total de exportações e a contribuição para as receitas do governo (Karl, 2004). Por outro lado, o *rent-seeking* dos esforços, legais e ilegais, para adquirir acesso ou controle sobre as oportunidades para ganhar rendas. Nos países dependentes do petróleo, *rent-seeking* se refere ao comportamento generalizado, tanto nos sectores público como no privado, com o objectivo de capturar o dinheiro do petróleo (Karl, 2004). Com o “resource curse” o crescimento negativo e os resultados do desenvolvimento associados com minerais e desenvolvimento de petróleo liderado pelos EUA. No seu sentido mais estreito, que é a relação inversa entre altos níveis de dependência dos recursos naturais e a taxa de crescimento económico (Karl, 2004).

Os defensores do desenvolvimento petrolífero acreditam que os países que tiveram a sorte de ter “ouro negro” podem basear o seu desenvolvimento no aproveitamento das receitas deste recurso. Eles apontam para os benefícios potenciais de um maior crescimento económico e a criação de empregos, o aumento da receita do governo para financiar a luta contra a pobreza, a transferência de tecnologia, a melhoria das infra-estruturas, e o incentivo de indústrias relacionadas. Mas a experiência de quase todos os países exportadores de petróleo até à data ilustra alguns desses benefícios. Ao contrário, as consequências do desenvolvimento petrolífero liderado tendem a ser negativas, incluindo mais lento do que o crescimento esperado, as barreiras à diversificação económica, pobres indicadores de bem-estar social e altos níveis de pobreza, desigualdade e desemprego. Além disso, os países dependentes do petróleo como principal recurso para o desenvolvimento são caracterizados por corrupção e principalmente má governação, uma cultura de busca renda, muitas vezes são devastados economicamente, saúde e consequências ambientais a nível local, e alta incidência de conflitos e guerras. Em suma, os países que dependem do petróleo para sua subsistência, eventualmente, tornam-se economicamente mais perturbados, mais autoritários e mais conflituosos do mundo (Karl, 2004).

### 3. Disputas territoriais

A disputa territorial é um problema entre Austrália e Timor - leste que se encontra no mar de Timor-Leste e Austrália, e que se encontra vastos recursos naturais, nomeadamente petróleo e gás natural. E este problema não só depois da independência mas também já é um problema arcaico que veio já dos tempos coloniais. A controvérsia sobre a fronteira marítima entre Timor - Leste e a Austrália tem vindo nos tempos coloniais em 1974 com base no princípio da “plataforma continental”, em vez de a distância entre os países, King (2002). A fronteira marítima entre Austrália e a Indonésia tinha sido determinado tanto a Oeste como a Oeste-Leste da fronteira de Timor e Leste da Ilha de Timor, não houve acordo sobre a parte correspondente à extensão de Timor-Leste antes da ocupação Indonésia. Uma lacuna que permaneceu no mapa, conhecido como o Timor Gap (Antunes, 2002).

A Austrália continua beneficiar receitas, a partir dos campos ou áreas como, JPDA (Joint Petroleum Development Area), e que está no Oeste e Leste, assim como nos campos Corallina, Laminaria Oeste e campo de Sunrise de Leste.

Austrália é acusada de atrasar qualquer acordo e, entretanto, esgotar as reservas em áreas reivindicadas por Timor-Leste (Gavin, 2004).

Economicamente a Austrália não depende muito deste petróleo mas sim para desenvolver a economia do Território Norte. A economia australiana não depende tanto destes recursos mas o Estado pretende usá-los para dar grande impulso à economia do Território Norte (Härterich, 2013, p. 177).

## 4. Reservas de petróleo

Um dos recursos extremamente pertinente para o desenvolvimento do país é, recursos naturais como, por exemplo, Petróleo e Gás Natural, e estes recursos são as fontes para o desenvolvimento do país através da execução do Governo e maior parte orçamento do governo vem do fundo soberano. De acordo com a Lei de timor, o Governo é responsável pela gestão global deste fundo Petrolífero de acordo com, Art.º 11º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei 9/2005 de Agosto), alterada pela Lei 12/2011 de 28 de Setembro de 2011, o Banco Central de Timor-Leste, BCTL é a responsável pela gestão deste fundo de petróleo. Historicamente este fundo foi criado segundo com razões do primeiro governo (Alkatiri, 2004).

Uma razão importante para o estabelecimento de um Fundo Petrolífero é o facto de que as receitas petrolíferas são diferentes das outras receitas que o governo cobra:

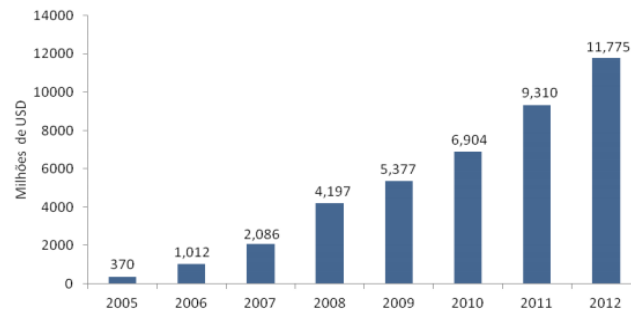
1. As receitas petrolíferas não são rendimentos no sentido habitual, uma vez que envolvem o gasto de um recurso não renovável. A produção de petróleo de gás pode ser vista como a mera transformação dos activos petrolíferos do governo em activos financeiros.
2. As receitas petrolíferas do governo são diferentes de outras receitas fiscais. Enquanto as receitas fiscais domésticas reduzem os gastos no sector privado, as receitas petrolíferas não o fazem. Um maior uso das receitas petrolíferas pode assim resultar numa actividade económica demasiado elevada, gerando pressões de custo e enfraquecendo a base para os sectores da economia expostos ao comércio internacional.
3. As receitas do sector do petróleo revelam maiores variações ao longo do tempo que as outras receitas, em particular como resultado de flutuações no preço do petróleo. A dependência das receitas do petróleo implica que o orçamento fiscal deve ser suficientemente robusto para suportar um declínio temporário nos preços petrolíferas sem que seja necessário alterar a política económica de modo substancial.

### Modelo Proposto para Timor-Leste

O modelo do Fundo Petrolífero é baseado no modelo de Fundo Petrolífera na Noruega. De acordo com relatório trimestral de, 31 de Março de 2013, o fundo do petróleo tendo aumentado de 11,8 bilhões para 13,0 bilhões USD.

## Saldo do Fundo do Petrolífero

Figura: 1. Valor de Mercado do Fundo Petrolífero



Fonte: Adaptado, Ministério das Finanças da RDTL

Como podemos ver na Figura 1, a partir da criação do fundo de petróleo em 2005, em termos dos saldos, tem aumentando de forma crescente até 2012, com 11775 milhões de USD. Este aumento, do ponto de vista económico, foi muito melhor para a economia do país em termos do PIB. As receitas do petróleo podem ser consideradas como um dos motores económicos do país para além do gás e as outras fontes.

## 5. A dependência do petróleo na economia de Timor-Leste

A dependência de petróleo para a economia, é uma realidade para um país que tem riqueza naturais como, Petróleo e de Gás, e maior parte dos países de produtores de Petróleo ou Gás, usam estas receitas como fonte de rendimento principal para desenvolvimento económico do país, investindo em várias áreas de projectos, como por exemplo: infra-estruturas, estradas, telecomunicações, electricidade, recursos humanos e combate da pobreza. Em Timor-Leste, esta dependência do fundo do petróleo é uma realidade, pois a maior parte do Orçamento Geral do Estado tem vindo deste fundo, assim como podemos ver no que respeito ao “Plano Desenvolvimento Economico, (2011-2030), afirma que: “O sector petrolífero já é a maior fonte de receitas do Orçamento do Estado. Estas receitas devem ser usadas para prestar cuidados de saúde, educação segurança para o nosso povo, bem como para construir e manter as infra-estruturas da nossa Nação” (Plano Desenvolvimento Economico, 2011-2030, p. 166), isto é, o fundo do soberano está a ser aplicado em quatro áreas pertinentes, saúde, educação, segurança e infra-estruturas. Na realidade o fundo do petróleo de Timor-Leste esta a assumir um papel macroeconómico extremamente indispensável para a economia do país.

Tabela: 1. Orçamento de fontes combinadas 2011 a 2017, milhões de dólares

	Concreto em 2011	Orçamento para 2012 *	Orçamento para 2013 **	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
<b>Orçamento de Fontes Combinadas</b>	<b>1.379,8</b>	<b>2.028,3</b>	<b>2.000,9</b>	<b>2.090,0</b>	<b>2.080,0</b>	<b>2.017,1</b>	<b>2.052,6</b>
<i>Despesas do Governo por fundo</i>	<i>1.095,9</i>	<i>1.806,5</i>	<i>1.797,5</i>	<i>1.950,5</i>	<i>2.047,4</i>	<i>2.014,0</i>	<i>2.052,6</i>
FCTL	604,7	893,9	1.002,2	1.042,3	1.084,0	1.127,3	1.172,4
FDCH	16,8	37,5	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0
Fundo de Infra-estruturas	474,4	875,1	752,9	868,2	918,4	841,7	831,2
<i>Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento</i>	<i>283,9</i>	<i>221,8</i>	<i>203,4</i>	<i>139,5</i>	<i>32,6</i>	<i>3,1</i>	<i>0</i>

Fonte: Adaptado, Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2012

\* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito

\*\* Após trânsito de saldo

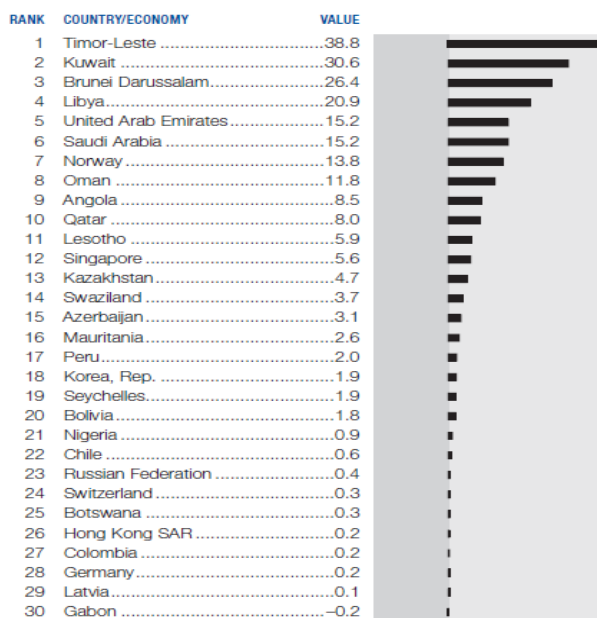
Diante da Tabela 1, como podemos ver que, a despesa do governo desde 2011, de 1379,8 milhões de dólares tendo aumentando de 2012, 1806,5 milhões de dólares, assim aumentando sucessivamente até a 2017. É uma realidade a dependência do desenvolvimento

económico de Timor-Leste face às receitas do petróleo. Estes gastos tem tido como objectivo, pelo menos no plano das intenções, contribuir para desenvolvimento económico do país e o bem-estar do povo.

### 5.1. Superavit

De acordo com o relatório anual sobre a competitividade global do World Economic Forum, publicado em 2013, Timor-Leste, foi considerado um país com *superavit* orçamental (diferença entre receita e despesa do Estado), entre 10 países com maior saldo orçamental dos produtores do petróleo e conseqüentemente com a situação financeira mais confortável em tudo o Mundo. De acordo com dados de 2012, o *superavit* timorense situou-se em 38,8% do PIB, a frente do Kuwait (30,6%), Bornéu (26,4%) e Líbia (20,9%), em todos produtores de petróleo, numa lista de 148 países, apenas 29 (19,6% do total), são superavitários. Em termos de competitividade, Timor-Leste, é do mais mal colocado na tabela global, com apenas dez países menos competitivos.

Figura: 2. Superavit orçamental



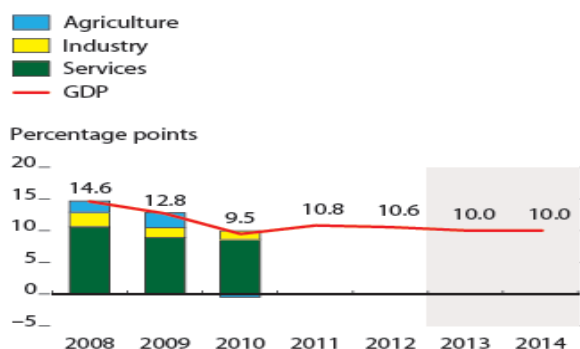
Fonte: Adaptado Global Competitiveness Report 2013-2014

## 6. PIB, comércio externo e importações por país de origem

Para saber sobre a situação económica do país são vistos três pilares:

### a. Produto Interno Bruto

Figura: 3. Crescimento do PIB

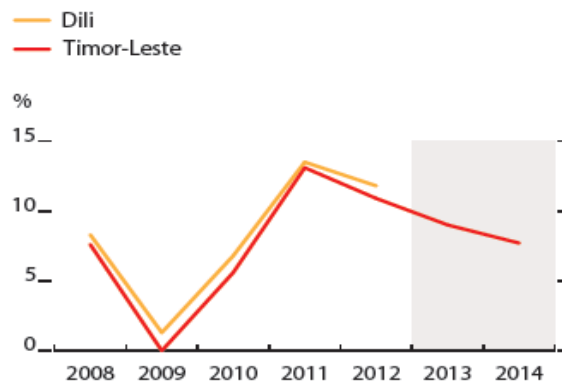


Fonte: Adaptado, Timor-Leste National Statistics Directorate; ADB estimate (forecast)

O PIB, em 2008 cresceu 14,6% e depois desceu lentamente de 12,8%, em 2009, e 9,5%, em 2010, e a partir daí está previsto subir ligeiramente até 10% em 2013 e 2014. Este crescimento foi a grandemente influenciado pelo sector serviços, tendo a industria e agricultura sido apenas responsável por uma pequena parcela do crescimento do PIB.

### b. Inflação

Figura: 4. Inflação

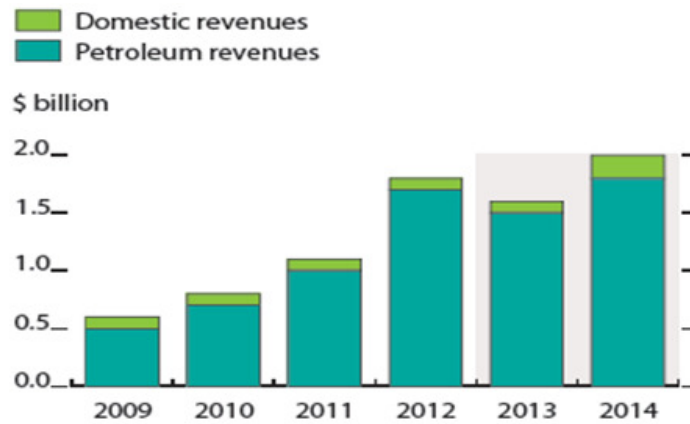


Fonte: Adaptado, Direção Nacional da Estatística de Timor-Leste

Um dos problemas económicos de um país é a inflação, onde o poder da compra diminui por causa da desvalorização da moeda. Este gráfico (Figura 4) mostra-nos que a partir de 2008, a taxa de inflação esteve alta, aproximadamente 10% e depois desceu para próximo de zero, começando a subir a partir daí atingindo um valor muito elevado, cerca de 15% em 2011. Posteriormente voltou a descer para valores de aproximadamente 10%. O comportamento da inflação foi ligeiramente mais elevado em Dili do que em Timor-Leste como um todo. Podemos concluir que esta subida da inflação para valores muito altos só comparável com o crescimento do PIB em termos reais, no ano de 2013, os valores dão-nos praticamente o mesmo entre 10% o que implica ainda problemas para os consumidores. Ou se comparar também para a receita do petróleo da (figura 5), a subida desta inflação também deve ter havido a despesa do governo

c. Receitas do governo

Figura: 5. Receitas do governo



Fonte: Adaptado, “Timor-Leste 2013 State Budget.” (forecast)

A receita do governo como mostrado deste gráfico é bastante maior em geral, contudo um crescimento muito grande no setor energético principalmente Petróleo, e isto podemos ver desde 2009 a 2012, pois desceu ligeiramente em 2013, mas em 2014 terá a subir novamente, e a receita interna, também cresceu da mesma forma como Petróleo. Como existe uma diferença muito maior entre a receita de petróleo e a receita doméstica ou receita interna, é uma situação muito preocupante para diminuir a dependência do petróleo, há um desequilíbrio entre a receita do petróleo e a receita doméstica.

## Comércio externo e importações por país de origem.

Figura: 6. Comércio Externo

	Unidade: milhares USD								Unit: thousands USD
	2011		2012		2013				
	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2	
Exportações	8205	2 661	129	11 341	9 781	9 542	1 900	941	Domestic Exports
Re-exportações	20 604	19 362	3730	5 071	8 613	28 686	18 524	16 502	Re-exports
<b>TOTAL</b>	<b>28 808</b>	<b>22 023</b>	<b>3858</b>	<b>16412</b>	<b>18 394</b>	<b>38 229</b>	<b>20 424</b>	<b>17 443</b>	<b>TOTAL</b>
Importações de Mercadorias	159 276	114 496	85039	123 973	269 795	185 207	240 561	250 666	Merchandise Imports
Outras Importações	10 276	5 643	0	0	1 988	4 119	0	0	Non-merchandise imports
<b>TOTAL</b>	<b>169 552</b>	<b>120 139</b>	<b>85039</b>	<b>123 973</b>	<b>271 783</b>	<b>189 327</b>	<b>240 561</b>	<b>250 666</b>	<b>TOTAL</b>
Balança Comercial	140 744	98 116	-81 181	-107 561	-253 389	-151 098	-220 137	-233 223	Trade Balance
Taxa de Cobertura <sup>1)</sup> (%)	17%	18%	5%	13%	7%	20%	0.8%	0.4%	Coverage Rate <sup>1)</sup> (%)

Fonte: Adaptado, DGE - Direção Geral de Estatística. (Trimestral/QTR-Quarter)  
(Taxa de cobertura das importações pelas exportações)

A nível do comércio externo, como se pode ver na Figura 6, no que diz respeito às exportações e em relação às importações de mercadorias nos anos de 2011 à 2013, em termos dos valores, Timor-Leste importa mais do que exporta, o que não é conveniente na óptica económica para a economia do país, embora o país tenha petróleo e gás natural. Quanto maior a exportação, melhor para a economia, de modo acrescentar mais em termos do PIB.

Figura: 7. Importação por país de origem

País de Origem	Unidade: milhares USD								Country of Origin
	2011		2012		2013				
	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2	QTR3	QTR4	QTR1	QTR2	
Austrália	5885	7 313	3 534	7 182	5 796	5 113	4 319	3 502	Australia
China	17291	24 669	7 886	6 593	10 529	18 601	9 777	8 254	China
Indonésia	39517	44 988	36 378	21 505	37 102	53 771	44 677	44 094	Indonesia
Japão	2457	2 095	2285	15 719	2 801	2 598	4 717	1 640	Japan
Malásia	7477	4 632	6 697	5 446	16 000	23 513	17 452	23 847	Malaysia
Portugal	1625	2 072	2 719	1 798	3 955	2 024	4 225	2 674	Portugal
Singapura	7434	11 560	7 147	6 217	10 172	21 755	16 446	19 796	Singapore
Tailândia	2327	4 763	2 714	1 009	3 672	4 026	2 071	1 891	Thailand
Vietname	4185	1 150	1 359	2 809	15 671	11 197	14 415	8 254	Viet Nam
Outros países	71176	11 298	17 853	55 676	164 094	42 609	122 460	4 652	Other countries
<b>TOTAL</b>	<b>159274</b>	<b>114 495</b>	<b>85 038</b>	<b>123 954</b>	<b>269 792</b>	<b>185 207</b>	<b>240 559</b>	<b>118 604</b>	<b>TOTAL</b>

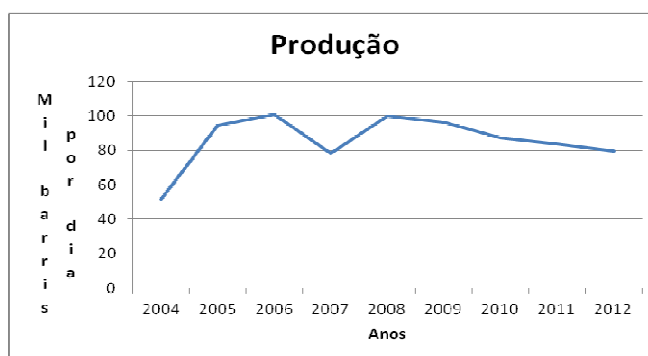
Fonte: Adaptado, DGE - Direção Geral de Estatística. (Trimestral/QTR-Quarter)

De acordo com a Figura 7 podemos constatar que, regionalmente, Timor-Leste, importa mais dos países, como, Austrália, China e a Indonésia. Em termos dos países da língua portuguesa, Timor-Leste importa também de Portugal.

## 7. Produção de petróleo bruto por ano, Timor-Leste, 2004 a 2012

Este tem como objectivo de analisar a evolução da produção do petróleo por ano e PIB anual para saber e confirmar se de factos há uma um “curse” em termos da aplicação perante ao desenvolvimento, se o crescimento anual do PIB é maior do que a produção do petróleo por barril por ano, então logicamente que há um grande sucesso na aplicação deste benefício do dinheiro do petróleo, e se for ao contrário, ou seja a produção do petróleo é maior do que o PIB, aqui tem um problema de acordo com a maldição do recurso.

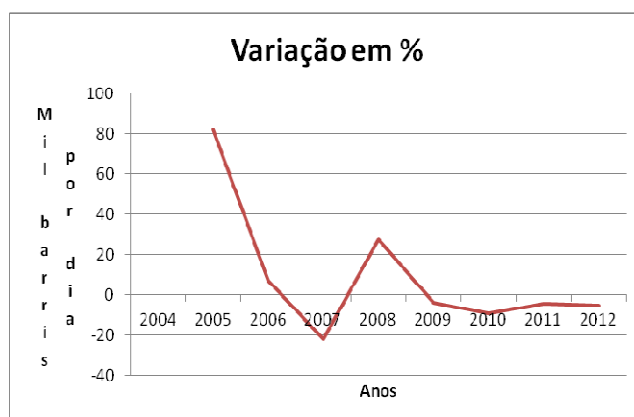
Figura: 8. *Produção em barris por ano em valores absolutos*



Fonte: adaptado “United Energy Information Administration”

A evolução da produção do petróleo tem sido com volatilidade de anos para ano de acordo com situação económica e política do país e preço de mercado internacional.

Figura: 9. *Produção em barris por ano em valores absolutos*



Fonte: adaptado “United Energy Information Administration”

A variação da produção do petróleo, de 2004 à 2012, teve um comportamento negativo em 2007, isto é, politicamente teve um efeito sobre a política interna de Timor-Leste, após a crise de 2006 e depois recuperou muito em 2008, mas voltou a descer em 2009 até ao mesmo patamar de 2012.

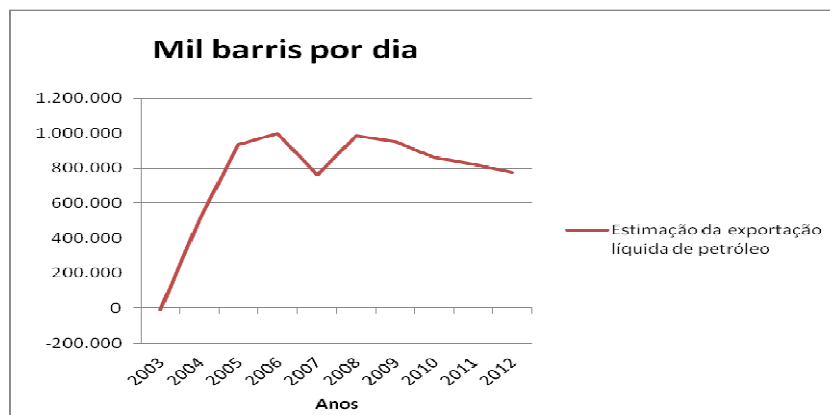
Tabela: 2. Produção bruta de Petróleo por ano, 2004 a 2012

Ano	Produção	Varição em %
2004	51,91	
2005	94,42	81,9
2006	100,9	6,86
2007	78,48	-22,22
2008	100,01	27,43
2009	96,27	-3,74
2010	87,5	-9,11
2011	83,74	-4,29
2012	79,49	-5,07

Fonte: adaptado “United Energy Information Administration”

Estimação das exportações líquidas de petróleo de Timor-Leste (2003 a 2012).

Figura: 10. Estimação das exportações líquidas de Petróleo



Fonte: Adaptado, “U.S. Energy Information Administration”

Nota: “The estimated Petroleum net exports are calculated by subtracting oil consumption from total oil productio

Em termos da exportação do petróleo, como vimos, de 2003 à 2012, houve uma quebra mais sentida em 2007, e esta quebra, pode ter sido resultante quer da política interna do país como do pós do conflito da crise de 2006 que já mencionamos anteriormente.

Tabela: 3. Estimação da Exportação Petróleo

Ano	Estimação
2003	-11,038
2004	507,097
2005	932,245
2006	996,808
2007	762,787
2008	986,993
2009	950,016
2010	862,342
2011	824,425
2012	775,163

Fonte: Adaptado, "U.S. Energy Information Administration"

## 8. Análise de Índice do Desenvolvimento Humano no mundo e na Asia

De acordo com o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em termos regional, Ásia Oriental e Pacífico, Timor-Leste, liderou com uma maior percentagem de 2,71%, seguido por Mianmar com 2,23%.

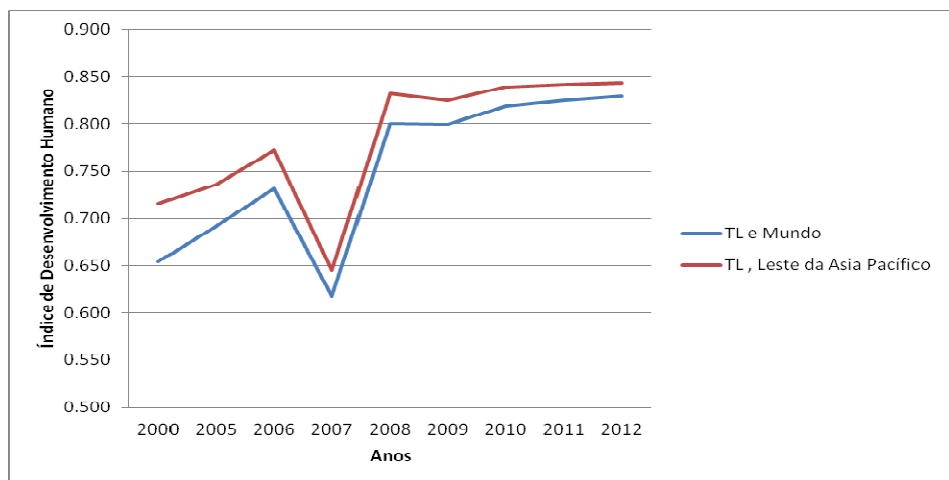
De acordo com o primeiro documento de Desenvolvimento Humano de 1990 o objectivo do desenvolvimento deveria ser criar um ambiente onde as pessoas possam viver vidas longas, saudáveis, criativas e felizes (UNDP, 1990; e Haq, 1990).

O índice de desenvolvimento é formado por três indicadores mais importantes (UNDP, 1990):

1. Longevidade indicador de expectativa de vida ao nascer)
2. Conhecimento (educação)
3. Padrão de vida (PIB per capita, ajustado pela Paridade de Poder de Compra)

No índice de Desenvolvimento Humano, que está no gráfico, e uma comparação entre Timor-Leste e o Mundo e regionalmente de Timor-Leste com o Leste da Asia e Pacifico, em termos dos valores absolutas de 2000 à 2012.

Figura : 11. Tendência relativa dos Índices de Desenvolvimento Humano (2000 - 2012)



Fonte: Cálculo do autor com base em dados Banco Mundial (2012)

Regionalmente, Timor-Leste e a Asia Pacífico e ao Mundo, Timor-Leste, tem de melhorar mais no sentido de apostar mais ou investir mais nos três indicadores como já

mencionamos em cima, para que possam melhorar a qualidade da vida do país e o seu nível de bem-estar.

Tabela: 4. Tendência relativa do IDH

<b>Year</b>	<b>Timor-Leste</b>	<b>Medium human development</b>	<b>East Asia and the Pacific</b>	<b>World</b>
2000	0,418	0,549	0,584	0,639
2005	0,461	0,589	0,626	0,666
2006	0,492	0,599	0,637	0,672
2007	0,519	0,609	0,649	0,678
2008	0,547	0,617	0,657	0,683
2009	0,548	0,624	0,664	0,685
2010	0,565	0,631	0,673	0,690
2011	0,571	0,636	0,678	0,692
2012	0,576	0,640	0,683	0,694

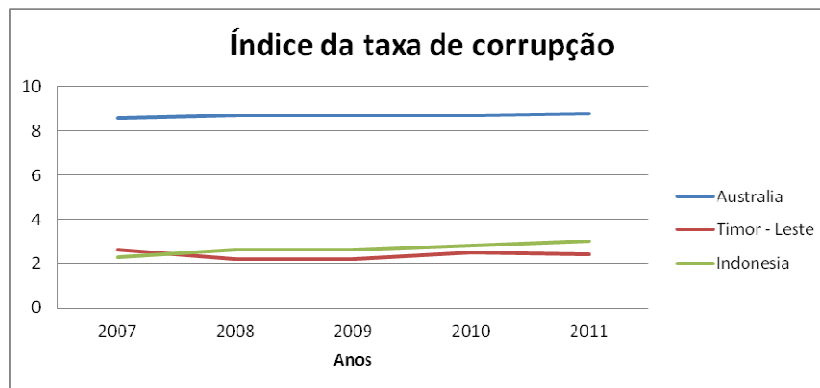
Tabela : 5. Índice de Desenvolvimento Humano de Timor - Leste, Mundo e Asia, em valores absolutos (2000 - 2012)

<b>Ano</b>	<b>TL e Mundo</b>	<b>TL , Leste da Asia Pacifico</b>
2000	0,654	0,716
2005	0,692	0,736
2006	0,732	0,772
2007	0,618	0,646
2008	0,801	0,833
2009	0,800	0,825
2010	0,819	0,840
2011	0,825	0,842
2012	0,830	0,843

## 8. Corrupção

A corrupção é um dos problemas mais graves em tudo mundo, mas este problema normalmente afecta mais os países que estão em desenvolvimento, principalmente os países com riqueza natural como o petróleo, como Timor-Leste que também tem com este problema em termos do desenvolvimento económico como base da riqueza natural, como petróleo, tendo isso Timor-Leste não só olhar a si próprio mas também é necessário de olhar geograficamente para os países vizinhos como, por exemplo, a Austrália e a Indonésia para poder dirigir bem o fundo do petróleo de forma erradicar a nível da corrupção. E para combater a corrupção, e gerir bem este fundo, Timor-Leste tem também um portal de transparência, “Portal de Transparência de Timor-Leste” e para combater na área da corrupção, Timor-Leste tem também anticorrupção, que combate nesta área, “Anticorrupção de Timor-Leste” com sigla CACTL.

Figura: 12. Índice de taxa de corrupção de 2008-2011



Fonte: Adaptado de Transparency International, (s.d.)

O índice de corrupção de acordo com a Figura 12, Timor-Leste, em 2007, estava muito acima da Indonésia e depois a partir de 2008 piorou muito, o que significa que Indonésia está melhor a nível da corrupção. Enquanto Timor-Leste está muito abaixo da Austrália, obviamente como podemos ver no gráfico que, a Austrália está muito a cima de Timor-Leste, e isto nota-se no ano de 2007 à 2011, Austrália praticamente tudo na mesma em termos da evolução.

Apesar de Timor-Leste ter Comissão Anticorrupção, a figura 12, em cima, mostra-nos como um número significativo por isso é necessário de combater com muita eficácia e com prudência para o bem-estar do povo e para economia do país.

Tabela: 6. Índice da Corrupção de Timor - Leste, Austrália e Indonésia (2007-2011)

	2007	2008	2009	2010	2011
Austrália	8,6	8,7	8,7	8,7	8,8
Timor-Leste	2,6	2,2	2,2	2,5	2,4
Indonésia	2,3	2,6	2,6	2,8	3,0

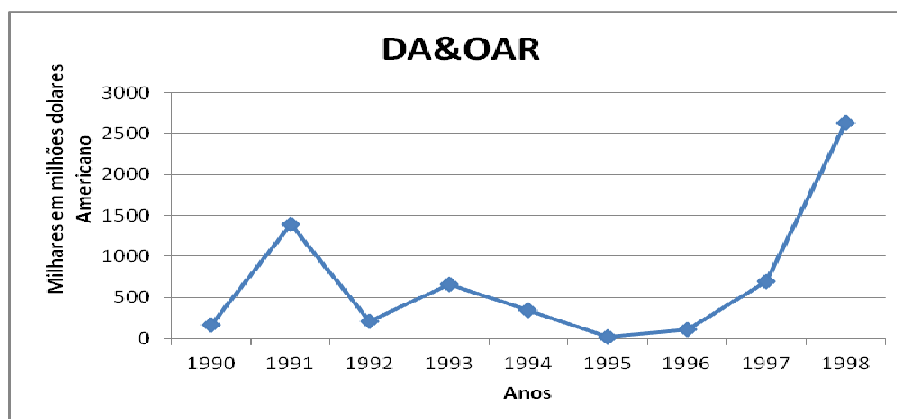
Fonte: Adaptado de Transparency International, (s.d.)

## 9. Ajuda Internacional para Timor-Leste

A ajuda internacional é um programa internacional no âmbito do quadro da ONU de países ricos para os países menos desenvolvidos ou pós-guerra para estabilidade política e o desenvolvimento económico sustentável, e esta ajuda é muito pertinente, especialmente para Timor-Leste, após da Independência em 2002, e com esta ajuda devemos saber em termos das quantidades de dinheiro e os proveitos vindos desta ajuda. E como podemos saber isso? Nas figuras 13 e 14, podemos ver detalhadamente sobre a evolução dos valores a partir de 1990 a 2011, isto é, antes da independência e depois da Independência

### 9.1. Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial do recebimento antes da Independência (1990 à 1998)

Figura : 13. Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar.



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2010)

Tabela : 7. Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar

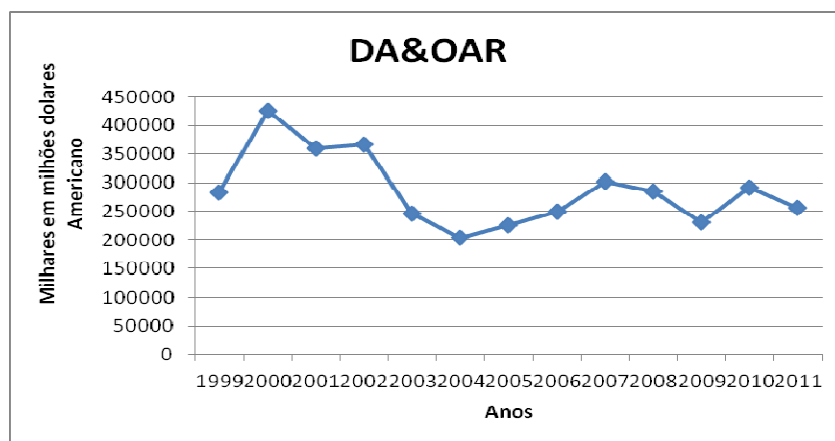
Ano	DA&OAR
1990	160
1991	1400
1992	210
1993	660
1994	340
1995	20
1996	110
1997	690
1998	2630

Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2010)

O gráfico acima, mostra que, antes da independência, a ajuda internacional não era muito relevante, pois Timor-leste ainda fazia parte da Indonésia, e considerada como a 27ª província da Indonésia. Por isso achamos que não foi muito grande a partir de 1990 a 1997. E a ajuda internacional começou a aumentar só a partir da iminência do Referendo para a independência de Timor-Leste, e esta ajuda teve aumentando gradualmente até 2000, como podemos ver na Figura 14 e sua explicação detalhadamente.

## 9.2. Assistência de Desenvolvimento e ajuda constante após da Independência (1999 à 2011)

Figura : 14. Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US dólar



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2010)

Esta ajuda internacional depois da independência, tem sido mostrado altamente em 2000 com valores aproximadamente 450000 milhões de dólares, mas desceu até a 2004, 200000 milhões, e depois a partir de 2005 e 2006 subiu muito apesar de perturbação política do país do conflito, sendo assim aumenta um pouco em 2007. Resumidamente que o mais bem provável da diminuição da ajuda internacional a partir de 2005 deve ter tido algum sentido, pois na realidade a partir de 2005, o Governo de Timor-Leste começou a receber o dinheiro do fundo soberano para o desenvolvimento do país, e isto como podemos confirmar no gráfico anterior no que respeito a orçamento geral do governo.

Tabela : 8. Assistência de Desenvolvimento e ajuda oficial constante de 2010 em US Dólar

Ano	DA&OAR
1999	283980
2000	425900
2001	359110
2002	366680
2003	245640
2004	204720
2005	226560
2006	249650
2007	301400
2008	286050
2009	231510
2010	291500
2011	256390

Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2010)

## 10. Instituições

Timor-Leste é um país soberano e que tem a sua soberania, tornou-se a independência no dia, 20 de Maio de 2002, institucionalmente é um país democrático, um estado democrático, como podemos ver na constituição da República Democrática de Timor-Leste, no Artigo 1º alínea 1. “A República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito pela dignidade da pessoa humana” (Constituição da República Democrática de Timor-Leste). O presidente e o primeiro-ministro são eleitos democraticamente através das eleições (presidencial e legislativa).

### 10.1. Democracia

Timor-Leste é um país Democrático tendo realizado democraticamente desde primeiro governo realizado eleições legislativa e eleições presidencial em 2002, sob a ONU, com grande êxito em termos das realizações, assim em termos do ranking da Democracia mundial, 2010-2011, Timor-Leste está em 84 lugar, em termos das regiões, Timor-Leste está atras de quatro países como, Austrália, 14; Singapura, 39; e Indonésia com 68.

Tabela: 9. Ranking da Democracia de 2012 (score)

Ranking	País	Total score	Total socre	Ranking chage
		2007-2008	2010-2011	Loss/gain
14	Austrália	78,9	79,6	-1
39	Singapura	62,8	64,9	2
68	Indonésia	50,9	52,7	2
84	Timor - Leste	46,2	47,3	-3

Fonte: Adaptado, Democracy Rankig, total (score)

Timor-Leste, estatisticamente de acordo com CIA Word Factbook, (2011), a população de 2012 é 1143667.

### 10.2. Conflito e fragilidade

Timor-Leste, após de ter sido independia de 2002, entrou novamente em conflito em 2006 onde levou mais de tropas internacionais para apaziguar esta crise politica, e depois disso Timor-Leste está associado ao “New Deal g7”, esta associação é uma associação voluntária de países que são ou foram afectados por conflitos e estão em fase de transição para o próximo estágio de desenvolvimentos. Esta associação tem como objetivo principal que é partilhar experiências e aprender uns com outras, e para defender as reformas para a forma

como a comunidade internacional se envolve em países afetados por conflitos. Criámos o “g7+” por recolhermos que os Estados frágeis requerem políticas feitas à sua medida que possam dar resposta à realidade das suas situações Gusmão (2012). Mais ainda, sobre a criação do futuro. Tal como muitas nações do “g7+”, somos ricos em recursos naturais. Isto dá-nos uma base a partir da qual podemos construir o nosso futuro, Gusmão (2012).

# 11. Discussão

A abundância de evidência sobre a maldição do recurso é um fenómeno para os países produtores do petróleo, e que tem vindo varias vezes alvo para os investigadores no que respeito ao efeito negativo para a sua aplicação ao desenvolvimento do país de maneira eficaz e prudência, eficácia no sentido de fazer chegar este fundo de petróleo de acordo com projectos traçados pelo governo sem ter problema nenhuma de maneira afastar o fenómenos de “curse”, com boa governação, combate da corrupção, criação de empregos, pois as vezes o desemprego, origina o problema do conflito interno e externo entre os povos para desestabilizar a situação politica e agravamento da economia do país. Resultados negativos de desenvolvimento associados as petróleo e outros minerais são conhecidos como “maldição dos recursos”. Essencialmente, este refere-se à associação inversa entre crescimento e abundância de recursos naturais, especialmente minerais e petróleo. Países que são pobres em recursos (sem petróleo) cresceram quatro vezes mais rapidamente do que o rico recursos (com petróleo) países, entre 1970 e 1993 - apesar do fato de que eles tinham metade das poupanças. Quanto maior a dependência do petróleo e recursos minerais, pior o desempenho de crescimento, uma descoberta que foi confirmada pelos economistas do Banco Mundial e do FMI, Karl (2003). Timor-Leste de factos está a depender muito deste fundo soberano pois a maior parte do Orçamento do estado anual, é proveniente a deste fundo do petróleo como podemos ver na figura anterior, (Figura: 1. Orçamento de fontes combinadas 2011 a 2017, milhões de dólares). O que não é bom para o país, pois como sabemos que petróleo é um dos recursos escassez para além de Gás e outros, e que deve esgotar um dia, e que pode criar grandes problemas para economia do país, pois não há outro rendimento que possam cobrir a despesa do governo, que possa também levar a economia de colapso ou estagnação da economia do país. Par saber melhor sobre este assunto ainda

Na sequência das teorias existe ainda uma das teorias que achamos pertinente a maldição do recurso sobre como a dependência do petróleo fere o desenvolvimento.

Como a dependência do petróleo fere desenvolvimento Karl (2003):

- *Booms* do petróleo aumentar as expetativas e aumentar o apetite para os gastos. A promessa dos países do petróleo se expande drasticamente os horizontes dos governos dos países exportadores de petróleo. A mentalidade de crescimento não só afeta o modo os governos se comportam se criando planos grandiosos e ideias, mas também molda como as pessoas reagem. Ética de trabalhos são prejudicados, e pias de produtividade.
- Os governos aumentam drasticamente a despesa pública com base em projeções de receitas irrealistas. Em todos os países da OPEC, os resultados excepcionais aumentou

tanto a despesa pública e a ganancia para transferências por um fator que foi mais do que proporcional ao tamanho do próprio crescimento.

- *Booms* diminuir a qualidade dos gastos públicos e incentivar *rent-seeking*. A concentração de recursos fiscais de um *boom* do petróleo estimula investimento excessivo e imprudente. Ele também leva à má distribuição de recursos, um declínio na produtividade e corrupção massiva. Projetos grandiosos “elefante branco”, caracterizadas por enorme corrupção na atribuição de quotas de importação, licenças industriais, franquias comerciais, créditos de baixo custo e acesso a divisas estrangeiras, torna-se a maneira normal de fazer negócios. “Exemplos abundam”: a montanha - top resort na Venezuela, o maior aeroporto da Arábia Saudita, um rio artificial na Líbia, o Trans-Ferrovária, no Gabão, e um “carro nacional” na Indonésia. Países exportadores de petróleo são classificados entre os mais baixos no índice de corrupção da Transparência Internacional Mundial e são considerados especialmente corrupto.
- A volatilidade dos preços do petróleo impede o crescimento, a distribuição e a redução da pobreza. A volatilidade dos preços de petróleo torna o planejamento extremamente difícil, e isso dificulta taxa de câmbio unificação e a liberalização do comércio - que têm um efeito negativo sobre o crescimento. Nos países OPEC, a volatilidade do preço do petróleo exerceu uma forte influência sobre as finanças públicas e os padrões de balanço de pagamento nacional, que, posteriormente fez com que o desempenho desviou metas planejadas por tanto como 30%. Além disso a volatilidade tem sido demonstrado por estudiosos de ser ruim para o investimento, distribuição de renda, nível educacional e redução da pobreza. E por causa da volatilidade do preço do petróleo foi piorando, especialmente desde os anos 1909, ainda maiores efeitos negativos sobre o desempenho económico que pode ser esperado.
- *Booms* incentivar a perda de controlo fiscal e da inflação, dificultando ainda mais crescimento, equidade e redução da pobreza. No contexto de pressões a gastar mais, a corrupção, os gastos de má qualidade e receitas incertas, *booms* do petróleo são acompanhados pela perda do controlo sobre os gastos públicos. Porque não há transparência na gestão das receitas do petróleo, os orçamentos paralelos são criados. Como resultado, a estabilidade de preços e da disciplina orçamental sofrer. Assim, mesmo que o dinheiro do petróleo está chegando, as contas do governo são caracterizado por défice e inflação de dois dígitos. Quase todos os membros da OPEC incorrido défice orçamental ano após ano, com a Argélia no topo da lista seguido pelo Irã, Indonésia, Nigéria, Arábia Saudita, Equador, Líbia e Qatar. Mesmo o país com superávit de capital do Golfo Pérsico, eventualmente, começou a correr sério défice orçamento.
- A dívida externa cresce mais rápido nos países exportadores de petróleo, hipotecando o futuro. Na maioria dos países exportadores de petróleo, dívida externa, que era

insignificante (exceto para México) antes do *boom* do petróleo de 1973, cresceu aos trancos e barrancos. Como a pressão sobre gastos aumenta, os governos emprestar mais e mais, mesmo hipotecar pagamentos futuros de petróleo para os bancos. Surpreendentemente, empurrado por *rent-seeking* e à perda de controlo fiscal, os países do petróleo ter emprestado mais rápido e que os não - exportadores de petróleo países menos desenvolvidos, apesar de beneficiarem de petrodólares. Os governos procuram tomar emprestado para cobrir défice nas receitas petrolíferas esperadas, mas os banqueiros também favorecer especialmente os empréstimos para os exportadores de petróleo porque os empréstimos são garantidos por petróleo.

- Actividades produtivas não-petrolíferos, como indústria e agricultura, são adversamente afectado pelo sector petrolífero em um fenómeno chamado “doença holandesa”. A doença holandesa ocorre quando inesperadas de petróleo empurre para cima a taxa de câmbio real moeda do país, deixando das outras exportações não-competitivo. Ao mesmo tempo, a Doença Holandesa persistente provoca um rápido crescimento, mesmo distorcida de serviços, transporte e construção, ao mesmo tempo, desencorajando alguns industrialização e agricultura. As exportações agrícolas- uma actividade trabalhosa particularmente importante para os pobres - em particular são prejudicados por dinâmica partiu pela exploração de petróleo. O definhando de sectores da indústria transformadora e da agricultura de países produtores de petróleo não só os torna mais dependente do petróleo, exacerbando outros problemas de dependência, mas também pode levar a uma perda permanente de competitividade. Enquanto isso, o sector de petróleo não pode compensar o défice. Porque o petróleo é um enclave e intensa altamente de capital, proporciona pouco emprego e relativamente poucas ligações com o resto da economia.
- Petrodólares substituir fontes de receita mais estáveis e sustentáveis, exacerbando os problemas de desenvolvimento, a transparência e a prestação de contas. As receitas do petróleo ao longo do tempo diminuem a confiança em impostos não-petrolíferos, e eles podem realmente substituir os sistemas fiscais já existentes. Isso libera os governos exportadores de petróleo dos tipos de demandas dos cidadãos para a transparência fiscal e prestação de contas que surgem quando as pessoas pagam impostos directamente ao governo. Assim petrodólares realmente cortar a própria relação entre as pessoas e seu governo que é a essência do controlo popular.

Como já mencionamos atrás que de acordo com a figura 1 atrás, que os gastos do governo que aumentar em todos anos, e maior parte dos destes gastos vem do fundo petróleo ou seja estes gastos estão estipulados no Orçamento do estado anual, e como a dependência do petróleo para a economia é muito maior, pode levar a economia do país para uma economia em estagnação, pois o país não produz muito em torno deste fundo de maneira equitativo ou seja não há equilíbrio entre os gastos e benéfico. A falta de diversificação do petróleo é um dos problemas para este fundo soberano no futuro, pois o petróleo é recurso

escassez. Acreditamos que para diminuir a dependência deste fundo para a economia, deve diversificar este fundo soberano em várias áreas, de acordo com o “Plano Desenvolvimento Económico” que já falámos anteriormente, e este plano deve funcionar com muita eficácia não no ponto de vista teórico mas também no ponto de vista prático. De acordo com alguns estudos empíricos que mencionamos na parte atrás no “debate teórico” sobre “resource curse”, é pertinente para o caso de Timor-Leste, mais ainda outro caso que não podemos deixar que, Timor-Leste está incluindo um dos países frágeis do mundo, como também já falámos atrás, o que significa que pode haver um estado falhanço ou fracasso. E para os grupos de “G+7”, acreditamos que é necessário apostar em todas as áreas para assegurar o país, a nível da economia, política, segurança, justiça e a Lei, apostar nas áreas importantes como por exemplo educação, saúde, infraestruturas, reforçar a política, a nível nacional e internacional. Dar a importância da luta contra a pobreza ou erradicação da pobreza através dos grandes investimentos, apostar no investimento em todos os sectores para poder exportar mais e aumentar mais o PIB nacional. De facto Timor-Leste tem uma comissão que combate a corrupção, CAC (Comissão Anti Corrupção) e tem também um portal da transparência no que respeito ao fundo soberano, ainda é necessário a contribuição de todo o povo de Timor-Leste, e uma boa governação por parte de quem dirige o país. O desequilíbrio entre a receita doméstica e a receita do petróleo como demonstrado anteriormente na figura 5, também é extremamente preocupante, perante a economia do país, porque a receita doméstica deve ser aumentada como retorno do fundo investido nas áreas domésticas como por exemplo sector agrícola, indústria, para diminuir a dependência do fundo soberano.

## 12. Conclusão

Mediante o exposto sobre o tema do trabalho, compreende-se que, a maldição dos recursos naturais é um problema muito preocupante que existe em quase todos os países produtores do petróleo e como tal também em Timor-Leste. É por isso pertinente desenvolver estratégias de combate às manifestações da maldição dos recursos. Este combate deve ser feito de maneira eficaz e prudente para poder usufruir da melhor forma destas riquezas principalmente o fundo do petróleo. O processo de desenvolvimento e de crescimento económico para se poder maximizar o bem-estar económico do país, deve ser efectuado de acordo com programas e planos de desenvolvimento criteriosos.

Apesar de se verificarem indícios de se poder estar a caminhar para o fenómeno do “curse” varias medidas tem sido implementadas para o contrariar como por exemplo a Comissão Anticorrupção e condições restritivas de acesso ao Fundo do Petróleo.

A investigação futura no tema do “curse” em Timor-Leste vais estar condicionada pela reduzida dimensão temporal dos dados disponíveis.

## 13. Referências Bibliográficas

- Alkatiri, M. (2004), “Estabelecimento de um fundo petrolífero para Timor-Leste”, Documento de discussão consulta pública, pp. 3-25. Está disponível em [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/fundo\\_petroleo.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/fundo_petroleo.pdf)
- Antunes, Nuno Sérgio Marques (2002), “Spatial Allocation of Continental Shelf Rights in the Timor Sea: Reflections on Maritime Delimitation and Joined Development”, Timor Sea Office, <http://www.timorseaoffice.gov.tp/nunoarticle13-13.pdf>
- Banco Mundial (2012), está disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- Brunnschweiler C. (2008), “Cursing the Blessings? Natural Resource Abundance, Institution, and Economic Growth”, Vol. 36, No. 3, pp. 399-419.
- Campbell, David F. J., Pözlbauer, Paul, Barth, Thorsten D. e Pözlbauer, Georg, (2012), “Democracy Ranking 2012 (Score), está disponível em [http://democracyranking.org/wordpress/ranking/2012/data/Scores\\_of\\_the\\_Democracy\\_Ranking\\_2012-letter.pdf](http://democracyranking.org/wordpress/ranking/2012/data/Scores_of_the_Democracy_Ranking_2012-letter.pdf)
- Castelo-Branco, C. (2011), “Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership”, Cadernos IESE, No. 7, pp. 3-68
- Cia World Factbook, 2011, “Crescimento da População de Timor-Leste”, está disponível em <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=tt&v=21&l=pt>
- Collier, P., & Hoeffler, A. (2005). Resource rents, governance, and conflict. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 49, pp. 625-633.
- Comissão Anticorrupção de Timor-Leste, está disponível em <http://cac.tl/>
- Corden, W. Max e Neary, J. Peter (1982), “Booming Sector and De-industrialization in a Small Open Economy”, *Economic Journal*, Vol. 92, pp. 825-848.
- Democracy Improvement Ranking (2012), está disponível em [http://democracyranking.org/wordpress/ranking/2012/data/Democracy\\_Improvement\\_Ranking\\_2012-A4.pdf](http://democracyranking.org/wordpress/ranking/2012/data/Democracy_Improvement_Ranking_2012-A4.pdf)
- Direcção Geral de Estatística de Timor-Leste, está disponível em <http://dne.mof.gov.tl/upload/QSI%202013/QSI%202%202013.pdf>
- Djankov S., Montalvo J. G. e Querol-Reynal M. (2008), “The curse of aid”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 13, pp. 169-191.
- Drysdale, Jennifer (2005), “Managing Petroleum Revenue in Timor-Leste: A Brief Explanation”, *Development Bulletin*, No. 68, Canberra: Australia National University.

- Economic trend and prospects in developing Asia: The Pacific, Timor-Leste, p. 271, está disponível em [http://www.sacc.ch/upload/ado2013-timor-leste\\_874.pdf](http://www.sacc.ch/upload/ado2013-timor-leste_874.pdf),
- Feeny S. e McGillivray M. (2010), “Aid and Growth in Small Inland Developing State”, Vol. 46, No. 5, pp. 897-919.
- Gavin, James (2004), “Timor Sea: Messy Politics”, The Petroleum Economic, March.
- Gusmão, K. X. (2012), “Evento paralelo de alto nível do g7+ na Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, está disponível em <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/10/Evento-alto-nivel-g7+-26.9.123.pdf>
- Guterrez, Miren (2003), “Corruption: Murky Business in Oil”, International Press Service, 20 August.
- Härterich, C. (2013), “Petróleo, Fronteiras e Boomerangs: A disputa timorense - Australiana pelo mar de Timor”, Oficina do CES n.º. 402, pp. 1-33.
- Index Mundi (s.d.), está disponível em <http://www.indexmundi.com/energy.aspx?country=tl&product=oil&graph=production>
- Karl, L. Terry and Gary I. (2003), “Bottom of the Barrel: Africa’s Oil Boom and the Poor”, pp. 1-102.
- Karl, L. Terry. (2004), “Oil-Led Development: Social, Political, and Economic Consequences”, Vol. 4, pp. 661-672.
- King, Robert J. (2002), “The Timor Gap, Wonosobo and the Fate of Portuguese Timor”, Journal of Royal Australian Historical, Vol. 88: 1-20.
- Kostad, I. e Wiig, A. (2009), “It’s the rents, stupid! The political economy of the resource curse”, Energy Policy, vol. 37, pp. 5317-5325.
- Lundhal, M. e Sjöholm, F. (2006), “The Oil Resources of Timor-Leste: Curse or Blessing”, stockholm school of economics, pp. 1-28.
- Palley, Thomas I. (2003), “Lifting the Natural Resource Curse”, Foreign Service Journal, Vol. 80, pp. 54-61.
- Portal de Transparência de Timor-Leste, está disponível em <http://www.transparency.gov.tl/>
- Ranking da democracia, está disponível em [http://democracyranking.org/wordpress/?page\\_id=57](http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=57)
- Relatório Trimestral, (2013), “Fundo do Petróleo de Timor-Leste”, Vol. 9. pp. 2-9; está disponível em [http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly\\_Report31\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly_Report31_pt.pdf)
- Relatório Trimestral, Fundo do Petróleo de Timor-Leste, está disponível em [http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly\\_Report31\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly_Report31_pt.pdf)

- Rosser, A. (2006), “The Political Economy of the Resource Curse: A Literature Survey”, IDS working PAPER 268.
- Sachs, Jeffrey D. e Warner M. (1995), “Natural Resource Abundance and Economic Growth”, NBER Working Paper No. 5398, National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.
- Sachs, Jeffrey D. e Warner, Andrew M. (1995), “The Big Push, Natural Resource Booms and Growth”, *Journal of Development Economics*, Vol. 59, pp. 43-76
- Sala-i-Martin, X. e Subramania, A. (2003), “Addressing the Natural Resource Curse: an Illustration from Nigeria”, IMF Working Paper 03/139, Washington DC: International Monetary Fund.
- Timor-Leste, Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico de 2011 - 2030, pp. 3-277. está disponível em [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento\\_PT1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf)
- Timor-Leste, Relatório Anual do Fundo de Petrolífera ano Fiscal de 2012, está disponível em [https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/08/Petroleum\\_Fund\\_Annual\\_Report\\_2012\\_Pt.pdf](https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/08/Petroleum_Fund_Annual_Report_2012_Pt.pdf)
- Transparency International, (s.d.), está disponível em [http://archive.transparency.org/news\\_room/in\\_focus/2007/cpi2007/cpi\\_2007\\_table](http://archive.transparency.org/news_room/in_focus/2007/cpi2007/cpi_2007_table)
- U.S. Energy Information Administration (s.d.), está disponível em <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=TT#pet>
- UNDP, (2013), Índice de Desenvolvimento Humano, está disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/PR2-HDI-2013HDR-PORT.pdf>
- World Bank (2005a), World Bank Country Assistance Strategy for Timor-Leste FY 06 - 08. Creating the Condition for Sustainable Growth and Poverty Reduction, Report No. 32700-TP. 11 August. Washington, D.C.: World Bank.
- World Bank (2005c), “Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform, Washington, D.C.: The World Bank.
- World Economic Forum, (2013), Global Competitiveness Report 2013-2014, está disponível em <http://www.weforum.org/>
- Zurich, E e Switzerland (2008), “Cursing the Blessing? Natural Resource Abundance, Institutions, and Economic Growth”, Vol. 36. No. 3, pp. 399-419.